



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 072/2018

Dispõe sobre a atividade do colaborador eventual no âmbito da Administração Pública Municipal.

#### A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM APROVA:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de diárias para ressarcimento de despesas com hospedagem, deslocamento e alimentação, a profissionais dotados de capacidade técnica específica, sem vínculo empregatício com a Administração Municipal, que desta tenham recebido incumbência para a execução de determinada atividade.

§1º Os profissionais de que trata este artigo são prestadores de serviços de natureza eventual, exercendo atividades voltadas para a realização de cursos, palestras, seminários e outros eventos similares, bem como serviços técnicos especializados, de natureza eventual, vedado, em qualquer caso, o recrutamento para o desenvolvimento de atividades comuns e/ou ordinárias na Administração Pública.

§2º São considerados colaboradores eventuais os profissionais dotados de capacidade técnica específica, em monitorias e outros eventos similares, sob a permanente fiscalização do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que recrutou os serviços a que se refere o *caput* deste artigo.

§3º O convite do Colaborador Eventual deverá ser sempre motivado pela Administração Pública, com a finalidade de proferir, ministrar e/ou atuar nos seguintes eventos:

I – palestra;

II – conferência;

III – curso;

IV – encontro;

V – convenção;

VI – fórum;

VII – seminário;

VIII – congresso;

IX – simpósio;

X – *workshop*; e

XI – outros eventos similares, sob a permanente fiscalização do delegante e sem qualquer caráter empregatício.

§4º Fica vedada à Administração Pública, na contratação de serviços terceirizados, considerar os empregados da contratada como colaboradores eventuais da Administração Pública, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**Art. 2º** A colaboração de natureza eventual à Administração Pública Municipal figurará sob a forma de prestação de serviços, retribuída mediante recibo, não caracterizando, em hipótese alguma,





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

### ESTADO DE MINAS GERAIS

vínculo empregatício, e somente poderá ser atendida por dotação não classificada na rubrica "PESSOAL" e nos limites estabelecidos nos respectivos planos de trabalho.

**Art. 3º** Fica autorizado o ressarcimento de despesas com hospedagem, alimentação, pagamento de passagens e custos de deslocamento a colaboradores eventuais que atendam a interesse da Administração Pública, que desta tenham recebido incumbência para a execução de determinada atividade.

§1º As despesas previstas no *caput* serão pagas mediante a concessão de diárias, correndo à conta do órgão ou entidade interessada, imputando-se a despesa à dotação consignada sob a classificação de serviços.

§2º O valor da diária será a mesma concedida aos Secretários Municipais e equivalentes, observadas as normas estabelecidas no Decreto nº 1.355, de 11 de maio de 2010.

§3º No prazo de até 30 (trinta) dias após a aprovação e publicação desta Lei, o Executivo Municipal regulamentará os procedimentos, aspectos e critérios necessários para a solicitação da atividade eventual, da justificativa para escolha do colaborador e da concessão das referidas diárias.

§4º Os valores deverão ser pagos de forma antecipada, mediante apresentação de Solicitação de Diária de Viagem, competindo à entidade e/ou ao órgão da Administração Pública responsável por convidar/recrutar o colaborador eventual, a prestação de contas das referidas despesas.

§5º Fica vedado o pagamento de diárias a um mesmo colaborador eventual, por períodos de tempo que, por sua duração, frequência ou ininterruptão, possam descaracterizar a eventualidade dos trabalhos realizados.

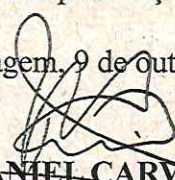
**Art. 4º** O expediente motivador será devidamente preenchido e acompanhado dos documentos que comprovem o evento, tais como: convite-convocação, carta de aceita, *e-mail* de autorização, convite e/ou folder ou cronograma do evento.

**Parágrafo único.** A qualquer época, poderá a Administração Pública, dispensar o colaborador eventual recrutado.

**Art. 5º** A prestação de serviços de que trata esta Lei não acarretará quaisquer ônus de natureza trabalhista ou previdenciária, salvo os decorrentes da legislação sobre acidente do trabalho.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 1º de Janeiro, Contagem, 9 de outubro de 2018.

  
Vereador DANIEL CARVALHO  
-Presidente-

  
Vereador CLÁUDIO SANTOS FONTES (CAPITÃO FONTES)  
-1º Secretário-